

2- A Dúvida Metódica e o Cogito

2.1- A Dúvida Metódica

2.1.1 - A função e as principais características da Dúvida Metódica

A função essencial da dúvida metódica é purificar o entendimento de todo prejuízo oriundo dos sentidos. Qual a razão desta preocupação com os sentidos? Em várias ocasiões, em especial nas aberturas dos *Princípios da Filosofia* e das *Meditações Metafísicas*, Descartes chama a atenção para o fato de que antes de termos o uso perfeito de nosso entendimento somos obrigados a emitir juízos sobre várias coisas tomando como base os sentidos. Isso se dá porque no plano do homem concreto, isto é, do homem de carne e osso, e de suas ações ordinárias, a utilização dos sentidos é fundamental, pois é através deste uso que conservamos nosso corpo e nossa saúde. Na maior parte de nossas vidas somos forçados a julgar tendo como base os sentidos e não há perigo nisso. Ao contrário, recusar o testemunho dos sentidos em situações práticas revela-se aos olhos de Descartes uma grande insensatez. Neste plano, o dubitável é aceito sem maiores problemas. Contudo, o homem não é apenas um animal que quer se conservar, ele também é um entendimento que quer compreender. Assim, passa-se do plano prático para o plano da busca da verdade.

Embora Descartes recomende que devemos empregar a maior parte de nosso tempo em questões que envolvam o entendimento e os sentidos, e por outro lado, que nos preocupemos apenas algumas horas por ano em questões que envolvam apenas o entendimento puro, uma vez na vida é necessário empreender a busca de todas as verdades das quais é possível o conhecimento.¹

O plano da busca da verdade, como foi adiantado acima no capítulo sobre o método, tem como objeto exclusivo aquilo que é indubitável. Não será necessário provar a veracidade de todos os juízos que até então emitimos. Basta evitar todo e qualquer juízo ou julgar *a contrario* até onde for possível. Este procedimento se fundamenta na decisão voluntária de colocar o verossímil e o duvidoso como falso. Como o pensamento se desenvolve num discurso e, por isso, não podemos deixar de pensar nas coisas sem

¹ Cf. Regra VIII, 51.

interligá-las; temos que interligá-las de forma negativa até se chegar às coisas que não podem ser separadas quando pensadas, a não ser por uma contradição manifesta.

Ora, entre tais coisas, algumas há tão claras e ao mesmo tempo tão simples, que nos é impossível pensar nelas sem que as julguemos verdadeiras: por exemplo, que existo quando penso, que as coisas que foram alguma vez feitas não podem não ter sido feitas, e outras semelhantes, das quais é manifesto que possuímos perfeita certeza.

Pois não podemos duvidar dessas coisas sem pensar nelas; mas não podemos jamais pensá-las, sem acreditar que sejam verdadeiras, como acabo de dizer; logo, não podemos duvidar delas sem as crermos verdadeiras, isto é, nunca podemos duvidar delas.²

Sobre este tipo de suposição metodológica, o próprio Descartes nos esclarece nas respostas às quintas objeções feitas por Gassendi:

E um filósofo não se espantaria mais com esta suposição do que ver alguma vez uma pessoa que, para endireitar um bastão que é curvo, curva-o do outro lado; pois não ignora que muitas vezes tomamos assim coisas falsas por verdadeiras, a fim de esclarecer ainda mais a verdade, como quando os astrônomos imaginam no céu um equador, um zodíaco e outros círculos ou quando os geômetras acrescentam novas linhas às figuras dadas e, assim também, os filósofos em muitas ocasiões; e aquele que chama isto “recorrer a uma máquina, forjar ilusões, procurar desvios e novidades” e que diz que isto é “indigno da candura de um filósofo e do zelo da verdade”, bem mostra que ele próprio não quer servir-se desta candura filosófica, nem por em uso as razões, mas atribuir somente às coisas os ouropéis e as cores da retórica.³

A suposição mencionada acima por Descartes é a afirmação de Gassendi que diz que ao supormos como falso aquilo que não é de fato falso poderíamos adquirir novos prejuízos em vez de nos livrarmos dos antigos. Para Descartes, essa possibilidade é improvável, pois a dúvida é provisória, sua utilidade se faz na medida em que através dela chegamos com mais facilidade às noções primeiras ou simples, sendo estas isentas de falsidade. A dúvida não afasta *a priori* a possibilidade de um critério de verdade, através do qual possamos distinguir o falso do verdadeiro, ao contrário, ela instaura a investigação metafísica de onde sairá a fundação do critério de verdade.

Numa carta em que seu interlocutor pergunta se podemos duvidar da existência de Deus, Descartes responde que a dúvida quando é utilizada para conhecer melhor um

² OE, Segundas respostas, pág.223.

³ Idem, pág. 247.

determinado assunto, isto é, quando é um meio e não um fim, é considerada fundamental. Assim, duvidar de Deus quando não conhecemos bem sua natureza não somente é possível como é necessário.

Decompondo os juízos, inclusive os verossímeis, Descartes chegaria às noções simples que por natureza são indecomponíveis. Estas noções, a princípio, não são falsas, pois toda falsidade estaria contida nas composições. Vejamos um trecho da *Regra 12* onde Descartes afirma isso:

Dizemos, em terceiro lugar, que essas naturezas simples são todas elas conhecidas por si sós e que não contêm nada de falso. Será fácil mostrá-lo, se distinguirmos a faculdade pela qual o entendimento vê as coisas por intuição a as conhece, daquela pela qual julga ao afirmar ou ao negar. De fato, pode acontecer que pensemos ignorar coisas que na realidade conhecemos, e dá-se isso quando, além daquilo mesmo que nela vemos por intuição ou que nosso pensamento nelas apreende, suspeitamos que há alguma outra coisa oculta para nós, e quando esse pensamento que temos é falso. Por esse motivo, é evidente que nos enganamos, se por vezes julgamos que alguma dessas naturezas simples não nos é inteiramente conhecida, pois nossa inteligência nelas só apreenderia a menor parte, o que seguramente é necessário na hipótese de que formulamos algum juízo sobre elas, há que concluir por isso mesmo que a conhecemos por inteiro. De outro modo, de fato, não se poderia denominá-las simples, mas compostas daquilo que nelas percebemos e daquilo que delas julgamos ignorar.⁴

Contudo, o processo da dúvida não pára diante das noções indecomponíveis, pelo menos diante da maior parte delas. Por exemplo, as noções matemáticas que eram consideradas simples e por isso isentas de falsidade serão colocadas em xeque.

2.1.2- As etapas da Dúvida Metódica

A primeira e segunda etapa da *Dúvida* se refere aos sentidos. Descartes aqui segue toda a tradição filosófica. Os sentidos nos enganam e por isso não devemos confiar neles. Mas alguns erros causados por eles justificariam o abandono completo dos conhecimentos oriundos da sensibilidade, como é assinalado na dúvida sobre a indiferenciação entre o sonho e a vigília? Para Descartes sim. Contudo, esse abandono será sistemático e metódico.

⁴ Cf. Regra XII, pág. 85.

As representações sensíveis são abandonadas porque são representações compostas, isto é, devem sua existência a outras noções consideradas simples. Vimos, no capítulo sobre o método, que o erro ocorre freqüentemente no juízo baseado na composição feita pela imaginação, que é justamente a faculdade que recebe as impressões sensíveis. Se a imaginação nos faz incidir no erro, nada mais aceitável que deixar temporariamente de lado todas aquelas noções.

Ficam então suprimidas temporariamente da busca da verdade todas as noções compostas. Quais são estas noções? Por exemplo, a noção que eu tenho de mim mesmo enquanto um corpo de determinadas cores, odores, que num momento sente frio noutra calor. Também ficarão sob suspeita todos os outros corpos, por exemplo, o sol, a terra, o céu, em suma, o mundo sensível, por ser uma composição de noções, fica a parte da pesquisa da verdade.

E as noções simples que comporiam este mundo? Elas também poderiam nos enganar? Quais seriam estas noções? Para Descartes as noções simples seriam as noções de extensão, figura, duração, situação, movimento, ou seja, as noções simples da matemática. Desta forma, a estrutura do mundo sensível seria constituída pelas noções simples da matemática. Toda representação possível de um mundo físico teria como condição as noções simples da matemática.

No entanto, com a hipótese do Deus Enganador e do Gênio Maligno, até mesmo as noções consideradas simples serão colocadas no rol das dubitáveis. Na verdade, esta última etapa da dúvida sustenta todas as outras etapas, pois é ela que me faz duvidar que *sempre* eu seria enganado pelos sentidos, que *sempre* eu não poderia diferenciar o sonho da vigília, que *sempre* eu estaria enganado até mesmo em dizer que $2 + 2 = 4$. O *Cogito* será a exceção. Eu não posso dizer que eu não existo no momento em que tenho este pensamento, porém, eu não posso ter certeza que existo para além deste pensamento.

2.2- O Cogito

2.2.1- A busca da primeira certeza

Se alguém se propuser como questão examinar todas as verdades para cujo conhecimento basta a razão humana – e parece-me que isso deve ser feito uma vez na vida por todos os que se empenham seriamente em alcançar a sabedoria – seguramente encontrará, de acordo com as regras fornecidas, que nenhum conhecimento pode preceder o do entendimento, já que é dele que depende o conhecimento de tudo o mais, e não o inverso.⁵

Se a *Primeira Meditação* teve por objetivo exclusivo suspender todo e qualquer juízo inclusive os que se baseavam em idéias claras e distintas como as tiradas das matemáticas, a *Segunda Meditação* irá revelar três conhecimentos certos e indubitáveis. O primeiro será a constatação de que para ser enganado é necessário existir, e isso é indubitável ao menos no momento em que duvido de todas as coisas. O segundo é que este ser que se define unicamente pela ordem como um ser que duvida, é um pensamento puro cujo conhecimento é independente de todo conhecimento corporal. Por seu conhecimento ser anterior ao do corpo, ele é mais fácil de se conhecer do que o conhecimento corporal, sendo este o terceiro e último conhecimento.

As duas primeiras meditações preparam o caminho para as provas da existência de Deus. Segundo Descartes uma das maiores dificuldades de se conceber a existência de Deus é a incapacidade de se desvincular das imagens corporais e, por conseqüência, dado que Deus não é corpóreo, de concebê-lo distintamente. A mesma crítica será aplicada para a distinção entre o pensamento e o corpo. É por estas razões, sabendo de antemão das dificuldades que enfrentaria, que Descartes emprega duas meditações inteiras na purificação do entendimento. No entanto, mesmo após um volumoso número de explicações dadas nas *Correspondências* e nas *Objecções e Respostas*, Descartes não consegue convencer alguns de seus principais interlocutores, especialmente os teólogos das *Sextas Objeções*, a ponto de não mais propor demonstrações da distinção entre o pensamento e o corpo mas apenas colocar a título de exemplo a maneira como ele próprio conseguiu desfazer-se de seus preconceitos. Filósofos ilustres como Hobbes e Gassendi

⁵ Cf. Regra VIII.

também não aceitaram as razões de Descartes. Iremos em diversas ocasiões nos valer destas controvérsias, pois dão um esclarecimento importante às idéias de Descartes. Vamos então ao primeiro conhecimento certo das *Meditações Metafísicas*, sendo por isso mesmo considerado como um dos mais fundamentais.

Após enumerar todas as principais razões de duvidar culminando na hipótese do Gênio Maligno considerada então como a razão suprema de dúvida, Descartes faz a seguinte constatação:

Não há pois dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira, todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.⁶

Embora Descartes tenha afirmado a existência de um *Eu*, no momento desta afirmação ainda não está claro o que é esse *Eu*. Poderíamos afirmar aqui que este *Eu* que existe é um homem, definido por Aristóteles como um animal racional? Descartes não aceita esta definição pois ela pressuporia noções que ainda não eram conhecidas no momento da determinação do problema, como é o caso da noção de animal e também da própria noção de racional. Não se trata de definir pelo gênero próximo e pela diferença específica, mas em vez disso, basta que consigamos conhecer aquilo que é possível conhecer em relação a uma determinada questão, mesmo que isso signifique um conhecimento parcial⁷, embora suficiente, num determinado momento que só se completaria num outro ponto da ordem do conhecimento. Só assim poder-se-ia prosseguir no acréscimo do conhecimento sem atolar-se num processo de definição *ad infinitum*. Como se chega então ao conhecimento deste *Eu*?

Na *Regra XIII*, Descartes afirma explicitamente que aquilo que é desconhecido numa questão deve ser determinado por aquilo que já é conhecido. Desta maneira, para resolver a questão proposta acima somente é necessário enumerar os dados do problema colocando de um lado aquilo que já é conhecido e do outro o que se busca conhecer. É este tipo de operação que produz uma *questão perfeitamente conhecida*, ou seja, uma questão na qual a

⁶ AT. IX. Pág.19.

⁷ Ver as objeções de Gassendi.

solução já está contida implicitamente. Assim, se quero saber o que é esse *Eu* existente, devo colocar a questão da seguinte maneira: *O que sou, na medida em que duvido de todas as coisas, eu que sei que existo?*

A questão sendo determinada dessa forma fará com que Descartes enumere todas as coisas que foram colocadas em dúvida. Em primeiro lugar, são enumeradas todas as antigas opiniões referentes às noções corporais, tais como ter um rosto, mãos, braços e, como se expressa o próprio Descartes, toda essa máquina composta de ossos e carne. Seguindo em sua explicação, ele acrescenta que imaginava a alma como uma flama ou um ar muito tênue que se disseminava pelas partes de seu corpo, além de atribuir-lhe ações como se alimentar, caminhar e sentir. Por fim, Descartes afirmava também que pensava ter uma noção muito distinta da natureza do corpo como aquilo que poderia ser limitado por alguma figura, compreendido em qualquer lugar, que preenchesse um espaço de modo a excluir dele qualquer outro corpo, além de poder ser sentido pelo tato, visão, audição, olfato e ser movido de muitas maneiras, não por si mesmo, mas por algo que lhe seja alheio e que o toque. Todas essas opiniões são rejeitadas pela dúvida, embora posteriormente algumas destas noções sejam admitidas como é o caso da natureza do corpo como pura extensão.

O que é relevante de se notar aqui é que todas estas noções, ao serem excluídas da natureza daquele *Eu*, acabam por determiná-lo negativamente. Assim, posso afirmá-lo como um sujeito que não têm, pelo menos no momento, nenhum dos atributos mencionados acima, a saber, nenhum atributo corporal, o que quer dizer que eu não consigo me conhecer ou conceber-me como um sujeito corporal. Até mesmo alguns atributos que eram anteriormente considerados como pertencentes à alma agora são excluídos, por exemplo: alimentar-me, caminhar, sentir. Todos eles, por terem como pressuposto o corpo, são deixados de lado. Entretanto, uma noção escapa à análise dos atributos: o pensamento.

Um outro é pensar; e verifico aqui que o pensamento é um atributo que me pertence; só ele não pode ser separado de mim. *Eu sou, eu existo*: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que eu penso; pois poderia, talvez, ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo de ser ou de existir.⁸

Logo em seguida à constatação de que o atributo pensar é o único que não pode ser posto em dúvida e que, por isso mesmo, ele é a única garantia de existência do *Eu*,

⁸ AT. IX. Pág. 21.

Descartes faz a seguinte advertência: *mas também pode ocorrer que essas mesmas coisas que suponho não existirem, já que me são desconhecidas, não sejam efetivamente diferentes de mim, que eu conheço?* Esta advertência traz uma série de objeções para Descartes, pois antes dela ele afirmara que o *Eu* era unicamente um pensamento, o que significara que ele não era um corpo. Porém a advertência citada acima revela que, embora o *Eu* se conheça à parte de todo atributo corporal, ele não pode ser considerado realmente distinto do corpo, pois no estágio atual não é ainda o momento de demonstrar se o atributo corporal me pertence realmente ou não. A hipótese de que um Gênio Maligno seja a origem dessas noções ou de que meu próprio pensamento o seja só pode ser afirmada ou negada mediante suas verificações, o que neste ponto não é o caso.

A grande questão que está em jogo aqui é o famoso critério cartesiano de verdade: tudo o que concebemos clara e distintamente é verdadeiro. Sabemos que este critério é posto em questão na *Primeira Meditação*. Por esta razão, Descartes não pôde utilizá-lo na *Segunda Meditação* e nem mesmo na *Terceira Meditação*. Há contudo um uso que embora seja restrito não deixa de ter as mesmas características de clareza e distinção mencionadas. Este uso é consagrado pela descoberta do cogito, pois se não posso fazer uma distinção objetivamente válida entre o pensamento e o corpo, isto é, que seja válida independentemente do *Eu* que os pensa, posso distingui-los no âmbito de meu pensamento. Para que uma distinção seja objetivamente válida e real é necessário que seja feita entre duas substâncias. Todavia, a distinção modal, ou seja, a que existe entre modos e substância basta para que seja assegurada a existência de pelo menos uma substância, a substância pensante.

A vantagem que o conhecimento do pensamento têm sobre o do corpo, ou na linguagem de Descartes, a facilidade maior que há no conhecimento do primeiro sobre este último, decorre do fato de que a dúvida é um atributo do pensamento, ou seja, é um modo de pensar. Toda modificação deve ser entendida sob uma razão permanente que sustenta esta modificação. A diversidade de modos de pensar, por exemplo, afirmar, duvidar, imaginar, só podem ser entendidos tendo como razão comum o fato de todos eles serem pensamentos. O pensamento passa ser o atributo principal que sustenta todos os outros atributos sendo por isso mesmo a substância pensante. De acordo com Descartes, nós não podemos ter um conhecimento distinto dos modos ou atributos sem referi-los a uma

substância. A dúvida, por ser um modo de pensar, se constitui na ponte que dá acesso imediato ao conhecimento da substância pensante. O pensamento subsiste mesmo quando todos os seus conteúdos não signifiquem coisa alguma.

Se não se tratasse de buscar uma certeza absoluta, que é o caso das *Meditações Metafísicas*, não seria necessário pôr em questão o critério de clareza e distinção como o próprio Descartes diz nas *Quartas Repostas* a Arnaud:

A noção de substância é tal, que nós a concebemos como uma coisa que pode existir por si mesma, isto é, sem a ajuda de nenhuma outra substância, e nunca houve ninguém que tenha concebido duas substâncias por dois conceitos diferentes que não tenha julgado que elas eram realmente distintas.

É por esta causa que, se eu não tivesse buscado uma certeza maior que a vulgar, eu teria me contentado em mostrar, na segunda meditação, que o espírito é concebido como uma coisa subsistente apesar de não se atribuir a ele nada do que pertença ao corpo, e que da mesma maneira, o corpo é concebido como uma coisa subsistente embora não se atribua a ele nada do que pertença ao espírito. E eu não teria acrescentado mais nada para provar que o espírito é realmente distinto do corpo, tanto mais que vulgarmente nós julgamos que todas as coisas são efetivamente e segundo a verdade tais como parecem ser a nosso pensamento.

Mas, como dentre essas dúvidas hiperbólicas que eu propus na minha primeira meditação, esta aqui foi uma, a saber: que eu não poderia estar seguro que as coisas fossem efetivamente e, segundo a verdade, tais como nós a concebemos, enquanto eu supusesse não conhecer o autor de minha origem; tudo o que eu tenho dito de Deus e da verdade, na 3^a, 4^a e 5^a Meditação, serve a esta conclusão da real distinção entre espírito e o corpo, a qual enfim só acabei na sexta.⁹

A hipótese do Gênio Maligno impede que a clareza e distinção sejam transformadas em critério de verdade. Entretanto, ela não impede que o conhecimento da substância pensante seja claro e distinto. A validade deste conhecimento não é retirada unicamente do fato dele ser claro e distinto pois as noções matemáticas também se revestem destas características, mas além de ser claro e distinto ele também escapa à dúvida universal.

2.2.2- A contra-prova do pedaço de cera

A função da análise do pedaço de cera é a de mostrar que aquilo que se apresenta clara e distintamente na noção de matéria ou corpo é a noção de extensão e que esta noção,

⁹ AT. IX. Pág. 176.

submetida à dúvida universal, só mantém sua certeza enquanto se afirma como uma modificação do pensamento, isto é, sem considerá-la como uma natureza verdadeira e imutável e, portanto, independente do *Eu* que a pensa. Retomemos a argumentação de Descartes.

Em primeiro lugar, diante de um pedaço de cera qualquer, o que percebemos dele? Sua doçura, seu odor, sua figura, sua grandeza, sua tenacidade, sua temperatura, enfim, diversas qualidades contidas na cera. Contudo, ao colocarmos esta cera no fogo, outras qualidades aparecem, outro odor, outra cor, outra figura, outra grandeza, de sólido passa a ser líquido, sua temperatura se modifica, enfim percebemos outras qualidades que no momento anterior inexistiam. Podemos dizer que é a mesma cera?

O conhecimento para Descartes se funda na identidade. A pergunta deve ser formulada então da seguinte maneira: o que permanece idêntico àquela cera de antes para que possamos identificá-la agora como a mesma cera? Seriam as suas qualidades sensíveis que se apresentam à imaginação? Não. Vimos que as qualidades se modificaram e as modificações não podem ser o fundamento da identidade, ao contrário, a identidade é que é o fundamento das modificações. Para Descartes a faculdade de imaginar não pode conhecer claramente os corpos pois as qualidades que são objeto da imaginação podem assumir milhares de modificações sem ser possível estabelecer nenhuma identidade. O que seria passível então de conhecimento na cera?

Para Descartes a única coisa que permanece imutável na cera seria sua extensão, não uma determinada extensão ou figura que é percebida de um modo pela imaginação e logo depois é percebida de modo diferente. Neste caso, o único conhecimento possível é o da extensão em geral, isto é, aquela extensão que eu julgo existir por trás de toda mudança nos objetos extensos, que nada mais é que a extensão enquanto substância. Desta forma não é pela imaginação que conheço a essência dos corpos mas pelo entendimento, que, através de seu juízo de identidade, estabelece a extensão pura como substância.

A conclusão a que Descartes chega no exemplo do pedaço de cera é que embora tenhamos uma noção clara e distinta da cera enquanto pura extensão, isto é, enquanto uma substância extensa que é intuída pelo intelecto e não através da imaginação, eu não posso ainda confiar inteiramente na distinção real entre o pensamento e a extensão, pois pode haver um Deus enganador que seja a origem da identidade que a idéia de extensão me

oferece e faz com que eu me engane pensando existir objetivamente uma extensão fora do meu pensamento da qual se originariam as minhas percepções sensíveis. Ao contrário do pensamento o qual eu tenho acesso imediato em todas as ocasiões, o conhecimento seguro da extensão em si, isto é, enquanto um objeto existente independentemente do meu pensamento, só será possível mediante a refutação da hipótese do Deus enganador. Desta forma, ao final da segunda meditação, as únicas coisas consideradas indubitáveis são os modos de pensar, considerando a extensão como um deles sem nenhuma prioridade em relação a qualquer outra idéia ou modificação do pensamento.

2.2.3- A necessidade de se recorrer a Deus

A prioridade metódica dada por Descartes ao pensamento o direciona para aquilo que seria o elemento fundamental de todo pensar: a idéia. Até o início da *Terceira Meditação*, Descartes só investigara a idéia sob o prisma de sua realidade formal, ou seja, enquanto um modo de pensar, desvinculando de todo conteúdo qualquer realidade exterior ao pensamento. Tenho sempre que duvidar para ter a certeza de que existo e o fato de existir neste momento não me garante a existência futura. Daí a importante afirmação de que somente tenho certeza que existo enquanto duvido. Há uma oscilação entre a impossibilidade de não existir na dúvida radical e a impossibilidade de se existir para além da existência pontual e efêmera.

Aqui se nota com clareza a equivocidade do conceito de substância na filosofia de Descartes. Num sentido, que seria o sentido estrito, a única substância possível seria Deus pois é o único ser que não precisa de conservação tendo por isso mesmo uma existência necessária. Neste sentido, o ser pensante não seria uma substância propriamente dita. Entretanto, Descartes também concede o nome de substância àqueles seres que só dependem de Deus, que seriam a substância pensante, a substância extensa e a união substancial. Essas três substâncias não teriam uma existência necessária mas apenas possível e, no caso da substância pensante, a sua existência possível coincide com sua existência atual, pois em qualquer momento de sua duração, ou seja, em qualquer pensamento está contida sua existência. O pensamento no caso do *Cogito* não é uma propriedade comum, ele é uma propriedade essencial e sendo uma propriedade essencial,

ele ganha o caráter de substância. Por isso, Descartes afirma que sempre pensamos, mesmo que não lembremos de todos nossos pensamentos. Se em algum momento eu deixasse de pensar imediatamente eu deixaria de existir, pois o pensamento é o próprio ser.

Martial Gueroult traduz com grande clareza esta oscilação entre a Dúvida Universal e o *Cogito* na seguinte passagem de seu livro sobre Descartes:

Assim, a certeza da certeza, privilégio do Cogito, é abolida na lembrança de minha certeza. O Cogito recai então ao nível das verdades matemáticas, isto é, dessas idéias que, embora certas no momento que são contempladas, não confirmam porém por elas mesmas, malgrado sua clareza e sua distinção, a certeza de sua certeza contra a dúvida que as atinge pela hipótese de um Deus enganador. E como a certeza dessas verdades não era para um ateu outra coisa que um preconceito, a certeza do Cogito, ela também, não aparecerá senão como um preconceito. Em outros termos, da mesma maneira que eu dizia: “Penso, logo sou, mas talvez, se deixasse de pensar, eu deixaria de existir”, eu devo dizer: “Eu penso que sou e sei que eu sei, porque eu penso que penso, mas se eu venho a deixar de pensar que penso, não devo inelutavelmente deixar de pensar que sou, deixar de saber que sei, e por conseqüência, deixar de estar certo?” Ora, eu deixo inevitavelmente de pensar que penso, quando, para estender minha ciência, devo me afastar de mim mesmo para pensar noutra coisa.¹⁰

Além da dependência ontológica existe a dependência epistemológica, pois sem a possibilidade de se recorrer a memória todo raciocínio longo passaria a ser duvidoso. Toda a certeza gira em torno do *Cogito* e não o ultrapassa, o que direciona todo o esforço de Descartes em refutar a hipótese do Deus enganador através das provas respectivas de que Deus existe e não é enganador.

¹⁰ Gueroult. I. pág. 157.